

Geografia, Geógrafos e o Norte do Paraná nas décadas de 1940 e 1950

MÁRCIA SIQUEIRA DE CARVALHO¹

Quais eram os temas que a Geografia deu importância nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil? E quais foram os estudos relativos ao Paraná, e em especial ao Norte do Paraná nessa lista de temas? A resposta a essas duas perguntas foi o ponto de partida para a realização do presente artigo. Os resultados estão dispostos numa ordem cronológica para melhor compreensão do leitor, mas este não foi o caminho trilhado na pesquisa. Pelo contrário, partimos dos artigos sobre o Norte do Paraná através da análise das respectivas bibliografias para posteriormente compará-las com as fontes de publicação. Elegemos uma das fontes de análise a produção geográfica publicada na Revista Brasileira de Geografia pela importância de pertencer ao órgão público dedicado ao levantamento geográfico (e estatístico). Completamos esse levantamento com a análise da produção geográfica vinculada à Universidade de São Paulo (USP). Buscamos contextualizar os temas principais e respectivos autores dentro o material publicado na Revista Brasileira de Geografia nas décadas de 1940 e 1950², levando em consideração como os profissionais da geografia retrataram, em especial, o Norte do Paraná. A análise desses artigos e notas sobre a região paranaense no rol publicado pela RBG contribui para uma comparação entre a produção geográfica resultante do Conselho Nacional de Geografia e aquela que estava

sendo produzida por geógrafos estrangeiros e nacionais na fase inicial da Geografia instalada nas universidades e na Associação Brasileira de Geógrafos.

A Revista Brasileira de Geografia: décadas de 1940 e 1950

Iniciamos por classificar os seus autores em engenheiros, militares e geógrafos, estes últimos no sentido de professores universitários de Geografia e/ou pesquisadores. Nessas duas décadas houve uma mudança gradual dos autores a respeito de sua formação. Inicialmente predominaram os engenheiros, quase majoritários nos anos de 1940, 1941, 1942 e, extemporaneamente, em 1946. Não podemos deixar de lembrar que em 1940 foi aprovado o decreto do regulamento para a escola de geógrafos do Exército, e que o tenente-coronel Lima Figueiredo, consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, foi um dos autores mais freqüente na década de 1940.

De acordo com Almeida (2004, p. 410), a geografia brasileira nas décadas de 1940 e 1950 estava dividida em dois grandes segmentos mas não estanques. O primeiro voltado para a produção de conhecimento no uso do ensino, com destaque para a formação e aperfeiçoamento do corpo docente. O segundo caracterizou-se nas bases para a estruturação do planejamento territorial.

A fundação de cursos de Geografia em São Paulo e no Rio de Janeiro é contemporânea à estruturação do IBGE e tiveram a mesma base lablachiana em bases teóricas (ALMEIDA, 2004, p. 412). O geógrafo francês no Brasil e participante na criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros Pierre Deffontaines³ desempenhou um papel importante em ambas as instituições. Por outro lado, profissionais cuja origem da graduação não foi a Geografia tiveram um papel determinante na produção do conhecimento geográfico cujo objetivo foi o levantamento territorial nos governos de Getúlio Vargas. A diferença entre esses

dois pólos brasileiros – a geografia produzida no Rio de Janeiro e aquela de São Paulo – talvez se deva ao fato do IBGE estar localizado na antiga capital federal e da breve estadia de Pierre Deffontaines na capital paulista.

A relação entre as universidades e publicações da RBG pode ter como um dos exemplos Aroldo de Azevedo, autor em 1941 do artigo *Goiânia – uma cidade criada*, referenciado no título desse artigo à Associação dos Geógrafos Brasileiros. A categoria de professor universitário de Geografia (ou o graduado em Geografia e/ou História) apareceria novamente no ano de 1943, representado de maneira significativa por Francis Ruellan com o artigo *Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica*. Nota-se a aproximação entre os profissionais que se dedicavam à geografia através dos resumos da seção *Atividades Geográficas* da RBG de 1941 onde os boletins citados nas associações integradas ao Conselho Nacional de Geografia eram os da Associação dos Geógrafos Brasileiros (São Paulo), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Fábio de Macedo Soares Guimarães, geógrafo do IBGE foi o outro profissional presente nas publicações da RBG, pesquisador também ligado à docência universitária, produzindo levantamentos com objetivos muito definidos – a regionalização e a transferência da capital federal para o planalto central (*Trabalhos de campo e de gabinete da segunda expedição geográfica ao Planalto Central* publicado na RBG em 1949). Na segunda metade da década de 1940 a elaboração de estudos para a transferência da capital para o Planalto Central teve a participação bastante importante dos geógrafos Francis Ruellan (com a equipe da universidade carioca) e Leo Waibel (com a equipe do IBGE) que realizaram estudos em escalas locais e regionais (ALMEIDA, 2004, p.411).

A fase da predominância dos “engenheiros” na RBG quanto aos temas pode ser definida pela presença de artigos sobre os

transportes, o fenômeno urbano, e secundariamente recursos naturais (a exploração da castanha, o ouro, o patrimônio mineral). Dois fatos, porém são os destaques dessa fase, embora por motivos diferentes. O primeiro é o conteúdo do número 2 do ano de 1944 (volume 4) - *Discurso do Rio Amazonas* de Getúlio Vargas, e o segundo é que ele inicia o tema da Amazônia e do estudo das fronteiras brasileiras no sentido lato de seu significado. E em função disso podemos contextualizar a presença do comentário do tenente-coronel Lima Figueiredo intitulado *O rio Paraná no roteiro da marcha para o Oeste* e artigos sobre o “devassamento” e a ocupação da Amazônia, a sua flora e a bacia do rio Amazonas presentes na RBG do ano de 1942. A continuidade dessa temática continuou no volume 5 de 1943 através dos artigos sobre o relevo, fauna e “exploração” na Amazônia. Os temas a “Marcha para o Oeste” e fronteiras nacionais ainda foram tratados nos artigos sobre a bacia do Alto Paraguai e sobre a ferrovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra. (Volume 5, número 1, ano 1943).

Em 1944, no mesmo número em que Francis Ruellan tratou das normas para a elaboração e redação de um trabalho geográfico e Emanuel De Martonne analisou os problemas geomorfológicos do Brasil tropical atlântico, há uma nota sobre a excursão de estudos de Geografia Regional aos Estados do Paraná e Santa Catarina. E é aqui que identificamos o evento que traria uma série de estudos, reunindo o conhecimento já adquirido por Pierre Monbeig, e que continuaria se desenvolvendo através de outros participantes que muito contribuíram para a produção da geografia regional do Norte do Paraná ou na escala estadual. Ainda em 1944, os trabalhos geomorfológicos de Francis Ruellan e de De Martonne teriam uma continuidade nos exemplares da RBG, além da contribuição de Lima Figueiredo no artigo *Paraná-Oeste*, cujas bases metodológicas e teóricas são bastante diferentes dos integrantes da excursão.

O ano seguinte pode ser classificado como de extrema diversificação entre os temas publicados e as diversas produções

geográficas de seus autores. Encontramos novamente a presença dos engenheiros e militares, e um deles pertencia naquele momento à Comissão de Redação da RBG. Os artigos do ano de 1945 estão ligados aos temas das fronteiras e da atuação diplomática (1945, Volume 7, número 2), mas inaugurou em *Tipos e Aspectos do Brasil* quatro breves descrições sobre o Paraná - os extratores de pinho, Campos de Guarapuava, o Cafezal e a Colheita de Café, todos escritos por Elza Coelho de Souza. Candido de Melo Leitão, ao publicar o artigo *Novos rumos da Biogeografia* encerrou a fase dos estudos separados da fauna e flora presentes nas edições anteriores.

Podemos considerar o ano de 1946 como “atípico” pelo predomínio dos autores engenheiros. Por outro lado, a RBG publicou artigos clássicos da Geografia como *Os Planos da Biogeografia* de Pierre Dansereau – e balanços de dez anos de trabalho feitos por dois geógrafos: Aroldo de Azevedo (*Dez anos de ensino superior de geografia*) e Pierre Deffontaines (*Dez anos de trabalho geográfico*). Nota-se a presença da temática da população brasileira e a análise de dados do Censo Demográfico no artigo de Giorgio Mortara da Comissão Censitária Nacional em 1945 (*A População do Brasil*), e, em Geografia Urbana o artigo de Orlando Valverde – *Dois ensaios de Geografia urbana: Pirapora e Lapa* (1944).

A partir de 1946 a RBG tornou-se uma publicação de caráter mais ligado à produção de geógrafos do IBGE e de grandes “clássicos” estrangeiros que influenciaram bastante uma geração de profissionais da Geografia no Brasil. Podemos resumir, com todos os problemas que isso acarreta, em grandes linhas esses autores e artigos:

- 1) Leo Waibel e os temas ligados ao uso da terra e ao Planalto Central (Vegetação do Brasil, vegetação e uso da terra no Planalto Central, a região do sul de Goiás e a teoria de Von Thünen e a distância do mercado sobre a utilização da terra);

- 2) Pierre Deffontaines e os ensaios de geografia humana da montanha;
- 3) Pierre Dansereau e seus trabalhos teórico e prático sobre a Biogeografia e,
- 4) Pierre Gourou e os artigos sobre os princípios do método geográfico e sobre o programa geográfico de experimentações e de pesquisas em zonas tropicais, este publicado em 1948.

Os estudos sobre a colonização estrangeira no Brasil foram constantes a partir de 1948, reunindo Orlando Valverde (*Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul* – 1948), Speridião Faissol (*A Colônia Alemã de Uvá* - 1949), Leo Waibel (*Princípios da colonização européia no Brasil*-- 1949), Hilgard O'Relly Sternberg (*A propósito da colonização germânica em terras de mata da América do Sul* – 1949) e Nilo Bernardes (*A colonização do município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul* - 1951).

A área central do país foi tratada nos artigos de Fábio Macedo Soares Guimarães (*O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil* e em *Trabalhos de campo e de gabinete da segunda expedição geográfica ao Planalto Central*, ambos de 1949), Clarence F. Jones (*A fazenda Miranda em Mato Grosso* - 1950), Ruth Matos Almeida Simões (*Distribuição da produção do arroz no Sudoeste do Planalto Central e Interpretação do mapa da produção de cana de açúcar no Sudeste do Planalto Central*, ambos de 1950) e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (*Notas para o estudo do clima do Centro-Oeste brasileiro*-- 1951).

A análise da distribuição populacional por estados da federação foi um traço bem delineado nos artigos da RBG nos anos de 1950 e 1951. Ruth Bouchaud Lopes da Cruz analisou a distribuição da população do Estado do Espírito Santo com dados do Censo Demográfico de 1940, temática também desenvolvida por Lysia Maria Cavalcanti Bernardes para o Estado do Paraná (1950), e por Eugênia Gonçalves Egler para os Estados do Maranhão (em 1951) e de Minas Gerais (em 1953). Todos esses

estados tinham em comum uma área de ocupação recente, qualquer seja o nome que se queira dar: frente pioneira, faixa pioneira ou franja pioneira. É nesse contexto que consideramos o artigo *Contribuição para a Divisão regional do estado do Paraná* de Beneval de Oliveira publicado em 1950.

Este estado teve o privilégio de ter sido analisado com bastante frequência por geógrafos como Lysia Bernardes, entre eles *Crescimento da População do estado do Paraná* em 1951, e *O problema das "Frentes Pioneiras" no estado do Paraná* em 1953. E em sua companhia na temática paranaense estiveram Nilo Bernardes (*Expansão do Povoamento do estado do Paraná – 1951*), Dora Amarante Romariz (*Tipos e Aspectos do Brasil – Cachoeiras do Iguçu – 1951 e Mapa da Vegetação Original do Estado do Paraná - 1953*). Fechando o ciclo das fronteiras e o estudo de zonas pioneiras, Leo Waibel publicou em 1955 *Zonas Pioneiras do Brasil*.

Monbeig e o Norte do Paraná

Um outro geógrafo foi extremamente importante para o Norte do Paraná – Pierre Monbeig. Podemos classificá-lo como não só um gerador de conhecimentos geográfico, mas também como o líder de um grupo de pesquisas vinculado à USP. Ele concentrou suas publicações no Boletim da AGB e em Anais paulistas, embora não estivesse ausente das publicações ibegeanas. Se nestas, através da RBG, o Paraná e a região norte paranaense se destacaram na década de 1950, Monbeig vinte anos antes havia publicado “A zona pioneira do Norte do Paraná” (*Geografia*, AGB, ano I, nº 3, 1935, pp. 221-238, 9 fotos sem autoria). Este artigo foi republicado em *Ensaio de Geografia humana brasileira*, São Paulo, Livraria Martins em 1940 (pp.56-72), e no *Boletim Geográfico*, ano III, nº 25, abril 1945, (pp. 9-17). Ele, dez anos antes do artigo *Zonas Pioneiras do Brasil* de Waibel, havia

publicado no Boletim Geográfico (ano III, número 28) a *Centésima quarta tertúlia, realizada em 19 de junho de 1945 – Londrina e a Zona Pioneira do NW do Paraná*.

Em 1952, Monbeig publicou o livro *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo*, somente traduzido para a língua portuguesa em 1984, além de outras obras de máxima importância que se mantêm de consulta obrigatória para os pesquisadores dessa região. Nessa obra destacam-se os temas relacionados às doenças, às formas alimentares ambas relativas ao processo de ocupação da região e à discussão sobre elementos como o pioneiro e o grileiro.

O interesse dos geógrafos em relação às condições de doenças das populações no espaço geográfico passou por diversas óticas nas tentativas de compreensão e explicação desses fenômenos. A principal característica dessas abordagens foi a de entender as relações entre o meio físico (e sua complexidade) e os processos sociais de intervenção e modificação do espaço físico.

Pierre Monbeig desenvolveu o conceito de *complexo geográfico* em obra publicada em 1951, originalmente em francês, intitulada *As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista* (MONBEIG, 1957). O significado de *complexo* traz em si a combinação de fatores, atuais e pretéritos, em ações recíprocas e inseparáveis. A diversidade de paisagens devia-se às diferentes combinações dos elementos físicos e biológicos. Era sobre essa base física e biológica que o homem se achava integrado e atuava diretamente na vegetação e nos solos. A aplicação do conceito de complexo levaria à *demonstração do mecanismo que unem entre si os agentes formadores desse complexo geográfico*.⁴

Monbeig destacou que o estudo através dos complexos de caráter regional apontava para contribuição original que a Geografia poderia dar às ciências humanas, pois o geógrafo seria capaz de relacionar fatos sociais ao meio físico-biológico (MONBEIG, 1957, p. 153)

Dantas (2005) vinculou a formação e o pensamento de Monbeig à Geografia clássica, após a morte de Vidal de la Blache. O estado da arte da geografia francesa naquela época compreendia a geografia física de De Martonne e Baulig, a geografia regional de Blanchard e Demangeon e a geografia humana de Brunhes, Demangeon e Sorre. Representante da geografia regional, Monbeig tinha raízes firmes na elaboração de um inventário do espaço e na herança lablachiana de densidade, região, meio, gênero de vida e paisagem. Mais do que uma escala de pesquisa, a análise regional seria aplicada como um método no qual o conceito de complexo seria de grande importância para a geografia agrária, urbana, política e até para a econômica e tropical (DANTAS, 2005. p. 15-17). Munido do instrumental que constava do trabalho de campo, análise regional e análise de situação, verificou que a análise de *gêneros de vida* (européia) apresentava problemas diante de uma realidade tão diversa no aspecto do ritmo e velocidade das mudanças. Entretanto os elementos básicos estão presentes na produção de Monbeig, como a atenção dada às técnicas, à alimentação, às doenças, à psicologia dos habitantes. Ele foi buscar na idéia norte-americana de *front* recursos para a análise da dinâmica populacional do território nacional, porém não se contentou com o conceito de *frente*, trabalhando com *zona* pioneira como equivalente à fronteira e desenvolvendo mais tarde o de *franja pioneira*.⁵ Tudo isso enfeixado no conceito de complexo regional.

A reedição de artigos sobre o Norte do Paraná atende à necessidade de pesquisadores em ter acesso mais fácil às informações sobre a região, ao apresentar um panorama detalhado de acordo com as informações existentes naquela época. Apesar de termos estabelecido as décadas de 1940 e 1950 como período de estudos, nos deparamos com um documento raro e que abre a coleção de textos. O primeiro deles foi escrito por Eurípedes Simões de Paula, então aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências

e Letras, publicado em *Geografia*, ano II, número 2 e 3, em 1936. Nele é feita uma descrição da região onde se localiza o município de Cornélio Procópio, além do rio Paranapanema e em zona de colonização recente: “É o sertão. Por toda parte a marca da conquista do homem. Tudo diferente. É um ambiente solitário e cheio de ruidosa natureza. É uma das zonas pioneiras do Brasil, a ser incorporada aos centros industriais importadores e exportadores da costa”. A caracterização de *boca de sertão* que a cidade transferia à Londrina foi medida no fluxo de passageiros dos trens em Cornélio Procópio nos anos de 1931 a 1934 e à sua posição de retaguarda do projeto de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná. Ele descreveu um raro movimento contrário de migração de Londrina para Cornélio por alguns agricultores em face da presença de pinheiros do Paraná naquela região e que seria um indício de geadas prejudiciais ao café. Nele aparecem os formadores de café e meeiros fluminenses e mineiros, os *nortistas* comuns nas derrubadas e construção de estradas de ferro e de rodagem, o *posseiro* antecedente ao grileiro (“Quantos posseiros não foram despojados pelos grileiros?”) o *bandeirante* e os estrangeiros. Há uma primorosa descrição das habitações e do terreno em seu entorno, do alto preço e da baixa qualidade dos tijolos, além da abundância da madeira. Não havia água encanada e esgotos e a alimentação é descrita a partir dos habitantes anteriores ao *rush* e pelas mudanças introduzidas pelos habitantes mais recentes. O papel da cidade de Cornélio Procópio como apoio ao projeto de colonização fica evidente ao se reportar à presença do hotel Luxemburgo, de madeira, que foi transferido para Londrina. Simões descreveu a passagem da cidade de um período frenético à uma fase tranqüila após a construção da estrada de ferro: “Mas assim que os trilho começaram a ser assentados mais para diante, viu-se Cornélio Procópio do dia para noite privado da sua população, que emigrou em massa para estações mais distantes”. Em sua análise, Simões aponta para a relação

estreita entre o tamanho das propriedades rurais e a vitalidade de uma cidade, defendendo a pequena propriedade e descrevendo a *marcha vagarosa* de Cambará em função dos latifúndios. No artigo encontramos referências raras sobre as transações comerciais de uma companhia de colonização através da venda de datas⁶, chácaras e lotes em Cornélio Procópio e em Santa Mariana, identificando a origem dos compradores. Essa informação é bastante interessante em face dos dados mais conhecidos serem aqueles fornecidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná para Londrina e outros municípios localizados mais para oeste. A expressão mais *lablachiana* do artigo trata dos *gêneros de vida* desde a agricultura com detalhada descrição da instalação de um cafezal e de outros produtos agrícolas, até a pecuária e a indústria de extração de madeira. O sistema de transportes foi capitaneado pela estrada de ferro que foi o fio condutor de entrada e saída de pessoas, negócios, e produtos, substituindo o tempo lento dos caboclos posseiros, picadas e rios. Dados também raros atestam o início do tempo que se acelerou entre 1931 e 1934 através do movimento de viajantes e produtos pelos vagões dos trens.

O segundo documento é o mapa do plano de reforma e construção da rede rodoviária do Paraná datado de 1932. A reprodução recente da qual tomamos como fonte é Governo do Estado do Paraná. Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Museu Histórico Regional. Publicação oficial n. 10. Maringá: Município de Apucarana. Ninger Ovídio Marena. 1997. p. 12. Nele podemos observar o tamanho dos municípios norte paranaenses antes das subdivisões sucessivas.

Londrina era praticamente a última cidade em toda a região norte servida pelo plano. A Rodovia do Cerne (PR-090) foi iniciada em 1935 e inaugurada em 1940 disposta longitudinalmente entre os rios Laranjinha e Tibagi beneficiando os municípios do norte pioneiro produtores de café pela ligação com o porto de Paranaguá até o início da década de 1960. Um

dos nós importantes dessa rodovia localizava-se em Jataí (atual Jataizinho) e fazia a ligação com Curitiba (direção sudeste) e com São Paulo (direção leste). O sucessivo deslocamento da *onda cafeeira* para o Oeste do estado deu uma nova função ao que começou como estrada de Mato Grosso no período imperial e que se transformou na BR-376 – A Rodovia do Café. Em 1944 teve início a construção de uma nova estrada, em duas frentes de trabalho nos pontos extremos dos trechos Tibagi-Ortigueira e Apucarana-Ortigueira. Com a criação do DER em 1946, deu-se prosseguimento à construção no percurso Tibagi-Ortigueira-Apucarana, cuja obra em estágio inicial foi aberta ao tráfego em 1951⁷.

O terceiro documento é uma notícia sobre a excursão feita aos Estados do Paraná e de Santa Catarina promovida pela Faculdade Nacional de Geografia em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia entre 20 de janeiro e 16 de fevereiro, capitaneada por Francis Ruellan. A fonte é a Revista Brasileira de Geografia, janeiro/março de 1944. Formada por três equipes, a um dos grupos coube os levantamentos de climatologia, biogeografia e hidrografia, trabalho que ficou sob a responsabilidade das alunas Dora Amarante Romariz (e secretária da equipe), Elza Coelho de Souza e do bacharel Geraldo Vaz. Francis Ruellan foi secretariado por Lysia Maria Cavalcanti, que posteriormente adicionou o Bernardes (de Nilo) ao seu sobrenome. Dora, Elza, Lysia e Nilo estão presentes na presente coletânea com artigos exemplares e clássicos escritos respectivamente em 1953, 1945, 1951 e 1953, e 1952. Em Londrina a estadia do grupo, do qual Nilo não participou, foi rápida, somente dois dias, provavelmente entre os dias 12 e 14 de fevereiro.

O quarto documento selecionado é *Colheita de Café Tipos e Aspectos do Brasil*, de autoria de Elza Coelho publicado na edição de julho/setembro da Revista Brasileira de Geografia em 1945, não tratando apenas da zona de produção paranaense, como a

princípio pode se pensar. Apesar de curto, nele é descrito o processo de colheita e suas fases, desde o arruamento ao ensacamento e transporte.

O quinto documento é um dos mais importantes já escritos sobre a relação entre crescimento populacional desigual dentro de um estado e a caracterização do avanço de uma *frente pioneira*. Escrito por Lysia Bernardes e publicado na RBG – ano XIII, abril-junho de 1951, o artigo comparou dados do recenseamento de 1920 e 1940 traz ainda uma tabela onde consta o aumento absoluto e o relativo da população por município paranaense, além de três mapas valiosíssimos onde podemos identificar duas “cunhas” do avanço da expansão populacional sobre as terras cobertas de vegetação original.

O texto seguinte também trata da expansão do povoamento do Paraná com destaque para os rios e trilhas como formas de penetração da população no processo histórico do estado. Nilo Bernardes tratou da difícil descrição entre o movimento populacional e os efeitos na paisagem entre os que estão adiante e os que estão na retaguarda da franja e os efeitos no ambiente natural quando o estado do Paraná decidiu pela concessão de enormes glebas às companhias de colonização. Vale o destaque para o significado de *intruso* e de *terra intrusada* na caracterização do processo de apropriação das terras devolutas na região entre os rios Iguaçu e Ivaí, dos *batedores anônimos* e semi-nômades cuja presença e passagem podem estar adiante dos safristas (criadores de porcos). Embora não trate especificamente sobre a região conhecida como o Norte Novo do Paraná (Londrina e seu entorno), podemos através da sua leitura conhecer os processos conflituosos de ocupação da terra e definição da estrutura fundiária da área externa à Companhia de Terras Norte do Paraná, área essa parte da franja pioneira. As quatro páginas finais do artigo tratam diretamente do Norte paranaense – Norte Pioneiro ao Norte Novíssimo. Nesse trecho Nilo fez uma interessante

análise que envolveu a importância dos rios no processo de ocupação e no estabelecimento de relações, a diferença dos tipos de solos, as estradas rodoviárias principais e vicinais que ao ligarem Maringá a Campo Mourão estabeleceram o contato entre as regiões Norte e Oeste do estado. *Expansão do Povoamento no Estado do Paraná* foi publicado originalmente na Revista Brasileira de Geografia, outubro-dezembro de 1952.

O sétimo artigo foi escrito por Dora Amarante Romariz, então geógrafa do Conselho Nacional de Geografia, apresentado no XVII Congresso Internacional de Geografia em agosto de 1952, e publicado na Revista Brasileira de Geografia (Ano XV, outubro/dezembro de 1953). Intitula-se *Mapa da Vegetação Original do Estado do Paraná*. Parte do material para a elaboração do mapa foi de excursões realizadas por geógrafos do CBG, o que indica uma nova visita de trabalho da autora ao Paraná. O inédito e ponto importante do artigo foi o uso de fotografias aéreas, além da utilização do material levantado anteriormente por Maack. Apesar de mais completo, raramente o citado artigo é utilizado, daí a sua importância presença na nossa seleção. O período em questão, décadas de 1940 e 1950, compreendeu o processo rápido e devastador da vegetação original de grande parte do território paranaense. Dora identifica uma relação importante entre agricultura e mata, e campos e pecuária no Estado.

A coletânea é fechada pelo artigo *O Problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná*, publicado pela Revista Brasileira de Geografia (ano XV, julho-setembro) no ano de 1953, escrito por Lysia Maria Bernardes. Ele fez parte do programa “Atlas da Colonização do Paraná” idealizado por Leo Waibel. No artigo são tratados os processos de penetração e ocupação do Oeste e do Norte do Paraná. De maneira exemplar a autora descreve a relação entre a fronteira demográfica e a ocupação efetiva apontando para exemplos de áreas que ficaram desocupadas na retaguarda da frente pioneira. Por exemplo, a área onde se

processou a colonização japonesa em Assai e em regiões intermediárias no Oeste paranaense nas quais o desbravamento não acarretou numa imediata ocupação efetiva do solo. Outro destaque no artigo são as plantas das colônias que permitem tanto o estudo da estrutura fundiária da época quanto ao traçado da área urbana e da rural e o mapa das estradas de rodagem da época. Além disso, há um levantamento cuidadoso das companhias colonizadoras e seus respectivos empreendimentos imobiliários, o que possibilita entender a ocupação do Norte Paranaense além dos resultados de uma única companhia. As fotos também são documentos integrantes do artigo que expressam essa dinâmica das diversas “frentes” paranaenses. Por fim, há uma sucessão rara de mapas dos limites das frentes entre 1900 a 1920 e os limites das zonas povoadas em 1940 e 1950.

Esperamos que essas contribuições continuem auxiliando os geógrafos de outras gerações assim como outros profissionais que desejem produzir conhecimento sobre a região e o Estado.

Referências

ALMEIDA, Roberto Schmidt. O Pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In MARTINS, R. A.; MARTINS L. A. C., P.; SILVA C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.) *Filosofia e História da Ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. p. 410-415.

BERNARDES, Lysia Maria. O Problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XV, julho-setembro de 1953.

BRNARDES, Lysia Maria. Crescimento da População do Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIII, abril-junho de 1951.

BERNARDES, Nilo. Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIV, outubro-dezembro de 1952.

COELHO, Elza. Colheita de Café. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano: VI, julho setembro de 1945.

DANTAS, Aldo. *Pierre Monbeig: um marco da Geografia Brasileira*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

EXCURSÃO ... *Revista Brasileira de Geografia*, Ano V, janeiro/março de 1944.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário Pessoal, Autobiografia e Fontes Oraís: a Trajetória de Pierre Deffontaines. *Anais do XII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 1998. [online] Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=&newwindow=1&q=cache:6Qalh46sJ:www.clacso.edu.ar/-libros/anpocs/moraes.rtf+pierre+deffontaines+%2B+usp> Acesso em: 16 Ago 2006.

GOVERNO do Estado do Paraná. Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Museu Histórico Regional. Publicação oficial n. 10. *Maringá*: Município de Apucarana. Ninger Ovídio Marena. 1997.

MONBEIG, Pierre. 1957. *Novos Estudos de Geografia Humana*. Difusão Européia do Livro, São Paulo: 1957.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul Andrade e Silva. Hucitec/Polis. São Paulo: 1984.

PAULA, Eurípedes Simões de. Cornélio Procópio. *Geografia*. Ano II, n. 2 e 3. AGB. Pp. 40-56. 1936. São Paulo.

ROMARIZ, Dora Amarante. Mapa da Vegetação Original do Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XV, outubro/dezembro de 1953.

Notas

¹ Líder do grupo de pesquisa Organização Espacial e Modernização no Norte do Paraná e coordenadora da pesquisa A produção científica geográfica sobre o Norte do Paraná: artigos, mapas e documentos, financiada pelo CNPq e Fundação Araucária a quem eu agradeço.

² Foram feitos dois tipos de levantamento. Um deles através do índice publicado pela Revista Brasileira de Geografia no ano de 1950 e que cobre o período de 1939 a 1948. O segundo foi o acesso online do acervo da biblioteca do IBGE.

³ Deffontaines foi membro de duas missões universitárias francesas enviadas ao Brasil nos anos 30, que deram origem a criação dos cursos de história e geografia da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF). Permaneceu na primeira durante o ano de 1935 e na segunda entre 1936 e 1938 Foi um dos fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Conselho Nacional de Geografia e da revista Brasileira de Geografia, tendo também participado do Conselho Nacional de Geografia do Brasil no Comitê Internacional de Geografia. Volta à França em 1939 de onde parte para o Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona onde trabalhou durante vinte anos. Apesar do destaque que se dá à influência lablachiana na sua produção, Jean Brunhes (College de France) foi uma importante referência para Deffontaines no período de seu doutoramento, em 1932, “no método de formular uma geografia humana ligada às causalidades religiosas e espirituais”. Fato criticado por seu orientador Demangeon (Sorbonne) como duplicidade teórica. (FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário Pessoal, Autobiografia e Fontes Orais: a Trajetória de Pierre Deffontaines. Anais do XII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1998. [online] capturado em 16 de agosto de 2006 <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=&newwindow=1&q=cache:6Qalhihs46sJ:www.clacso.edu.ar/-libros/anpocs/moraes.rtf+pierre+deffontaines+%2B+usp>

⁴ A noção de região natural: “Uma região natural é uma parte da superfície da terra no interior da qual os diferentes elementos físicos e biológicos, em ação recíproca e inseparáveis, constituem uma unidade. Esta provém da combinação de fatores que resulta, por sua vez, da situação presente e passada dos elementos. Uma região natural, portanto, é um complexo geográfico. Sai individualidade se concretiza na paisagem. Se paisagens vizinhas diferem, é porque há complexos diferentes no interior dos quais

a combinação dos elementos físicos e biológicos se efetuou de modo diferente. O homem se acha integrado no conjunto de fatores que constituem o complexo que por sua ação direta sobre a cobertura vegetal e os solos, quer indireta pelas mudanças decorrentes da primeira (evolução do modelado, por exemplo). A pesquisa regional não deve, pois, deter-se na delimitação espacial da região, nem na enumeração e simples descrição dos elementos que formam a região natural. Mais do que isso, deve prender-se à explicação estrutural, isto é, demonstrar o mecanismo que une entre si os agentes formadores desse complexo geográfico (1957-a, p. 127).

⁵ DANTAS (2005, p. 68) nos revela que “o Monbeig que escreve em meados da década de 30 já não é o mesmo na década de 40, ainda menos o da década de 60. A mudança de denominação é também uma mudança na forma de ver e de analisar o fenômeno pioneiro”. Eu acrescentaria que nem a região permaneceu a mesma.

⁶ O termo geralmente é empregado para terrenos de áreas menores em área urbana, Simões o utiliza para terrenos de 20 por 40 metros.

⁷ Ver em site do DER sobre a BR-376 - Rodovia do Café e PR-090 - Rodovia do Cerne, respectivamente em http://www.pr.gov.br/derpr/malha_rod_cafe.shtml e http://www.pr.gov.br/derpr/malha_rod_cerne.shtml